



Comunicado da Estrutura Sindical da TAP SGPS

27 de Maio de 2015

Dúvidas...?

A verdade sobre a situação económica e financeira da TAP qual é?

Muito sem tem falado, nas ultimas semanas, sobre a real situação económico-financeira do grupo TAP. Estranhamente, da parte do Governo, o que tem sido dito tem mudado amiúde, desde o início do processo de privatização e com o avançar do mesmo.

Se no princípio de Dezembro de 2014 o Sr. Ministro da Economia dizia, em sede de Comissão Parlamentar que não era vital privatizar, hoje, diz exactamente o contrário.

Se no final do ano passado o Eng. Fernando Pinto dizia que se a TAP não fosse privatizada sobreviveria bem, hoje, o vaticínio é bem diferente.

Os mais incautos poderão, de imediato, pensar que a razão desta mudança foi a última greve!

Para esses mais incautos e para todos os outros dizemos, Não Foi!

É um facto que a tesouraria da TAP tem sofrido bastante nos últimos tempos. É também um facto que os capitais da empresa são negativos!

Estranhamente, face às declarações dos interessados na venda – leia-se Governo e Administração – a situação da tesouraria e os capitais negativos, já assim estão há algum tempo! Estranhamente, desde a compra da ex-VEM!

No entanto, o valor do Grupo TAP, como temos afirmado constantemente, é muito mais e muito superior àquele que têm tentado fazer passar.

Sem entrar em pormenores técnicos, pouco relevantes para o assunto, é conhecimento geral que existe um activo importantíssimo para a situação económica de qualquer companhia de aviação. Os seus direitos de tráfego.

Estes são os que permitem a uma companhia de aviação levar a cabo a sua operação, dinamizar-se e crescer.

Mais uma vez sem entrar em grandes pormenores, por aqui, podemos levantar mais algumas das dúvidas que possam restar sobre o estado real de saúde da TAP.

Assim, e de acordo com informação disponível no site do regulador, a ANAC, deixamos uma lista de alguns dos direitos de tráfego da TAP Portugal a esta data.

Esperamos assim, poder ajudar a esclarecer as razões que nos têm levado a lutar contra as mentiras ditas sobre a TAP e contra um processo obscuro, que vai trazer danos irreparáveis ao país.

Esperamos também que comecem a ser postas em causa as decisões de gestão de um conselho de administração que, tendo a possibilidade de diversificar e aumentar as rotas da companhia, decidiu pôr “os ovos todos no mesmo cesto”.

A TAP detém os direitos de operação para todas estas linhas, muitas delas desconhecidas do cidadão comum e esquecidas de serem referidas pelos interessados na venda, ou mesmo pelos que, sabendo da sua existência, estão interessados na compra.



Comunicado da Estrutura Sindical da TAP SGPS

27 de Maio de 2015

Lisboa-Tânger-Lisboa,
Lisboa-Bogotá-Lisboa,
Lisboa-Manaus-Lisboa,
Lisboa-Belém-Lisboa,
Lisboa-Boavista-Lisboa,
Lisboa-Kuala Lumpur-Lisboa,
Lisboa-Dubai-Lisboa,
Lisboa-Argel-Lisboa,
Porto-Abu-Dhabi-Porto,
Lisboa-Abu-Dhabi-Lisboa,
Faro-Abu-Dhabi-Faro,
Funchal-Abu-Dhabi-Funchal,
Lisboa-Washington,
Lisboa-Dallas,
Lisboa-San Diego,
Lisboa-Filadelfia,
Lisboa-Chicago,
Lisboa-Los Angeles,
Lisboa-Montreal,
Lisboa-Miami,
Lisboa-Pequim-Lisboa,
Lisboa-Xangai-Lisboa,
Porto-Pequim-Porto,
Lisboa-Bamako-Lisboa,
Lisboa-Belo Horizonte-Lisboa,
Lisboa-Porto Alegre-Lisboa,
Lisboa-Natal-Lisboa,
Lisboa-Brasília-Lisboa,
Porto-São Salvador-Porto,
Lisboa-São Vicente-Lisboa,
Lisboa-Praia-Lisboa,
Lisboa-Moscovo-Lisboa,
Lisboa-Kiev-Lisboa,
Lisboa-Marraquexe-Lisboa,
Lisboa-Zagreb-Lisboa,
Lisboa-Saint Louis-Lisboa,
Lisboa-Cleveland-Lisboa,
Lisboa-Baltimore-Lisboa,
Lisboa-Pittsburgh-Lisboa,
Lisboa-Raleigh-Lisboa,
Lisboa-Casablanca-Lisboa,
Ponta Delgada-Boston-Ponta Delgada,

Despacho n.º 4181/2014, DR 2ª Série n.º 56, de 20 de março
Despacho n.º 3574/2014, DR 2ª Série n.º 46, de 6 de março
Despacho n.º 2745/2014, DR 2ª Série n.º 35, de 19 de fevereiro
Despacho n.º 2744/2014, DR 2ª Série n.º 35, de 19 de fevereiro
Despacho n.º 2278/2014, DR 2ª Série n.º 30, de 12 de fevereiro
Despacho n.º 13508/2013, DR 2ª Série n.º 205, de 23 de outubro
Despacho n.º 2225/2013, DR 2ª Série n.º 27, de 7 de fevereiro
Despacho n.º 24285/2009, DR 2ª Série n.º 214, de 4 de novembro
Despacho n.º 872/2012, DR 2ª Série n.º 16, de 23 de janeiro
Despacho n.º 873/2012, DR 2ª Série n.º 16, de 23 de janeiro
Despacho n.º 874/2012, DR 2ª Série n.º 16, de 23 de Janeiro
Despacho n.º 947/2012, DR 2ª Série n.º 17, de 24 de janeiro
Despacho n.º 4089/2001, DR 2ª Série n.º 48, de 26 de fevereiro
Despacho n.º 4090/2001, DR 2ª Série n.º 48, de 26 de fevereiro
Despacho n.º 4091/2001, DR 2ª Série n.º 48, de 26 de fevereiro
Despacho n.º 4092/2001, DR 2ª Série n.º 48, de 26 de fevereiro
Despacho n.º 4093/2001, DR 2ª Série n.º 48, de 26 de fevereiro
Despacho n.º 4094/2001, DR 2ª Série n.º 48, de 26 de fevereiro
Despacho n.º 4095/2001, DR 2ª Série n.º 48, de 26 de fevereiro
Despacho n.º 4096/2001, DR 2ª Série n.º 48, de 26 de fevereiro
Despacho n.º 14295/2010, DR 2ª Série n.º 179, de 14 de setembro
Despacho n.º 14296/2010, DR 2ª Série n.º 179, de 14 de setembro
Despacho n.º 14297/2010, DR 2ª Série n.º 179, de 14 de setembro
Despacho n.º 6776/2011, DR 2ª Série n.º 84, de 2 de maio
Despacho n.º 7780/2008, DR 2ª Série n.º 52, de 13 de março
Despacho n.º 8247/2011, DR 2ª Série n.º 114, de 15 de junho
Despacho n.º 12940/2004, DR 2ª Série n.º 153, de 1 de julho
Despacho n.º 19519/2007, DR 2ª Série n.º 166, de 29 de agosto
Despacho n.º 16682/2008, DR 2ª Série n.º 117, de 19 de junho
Despacho n.º 8248/2011, DR 2ª Série n.º 114, de 15 de junho
Despacho n.º 25202/2007, DR 2ª Série n.º 211, de 2 de novembro
Despacho n.º 8455/2009, DR 2ª Série n.º 59, de 25 de março
Despacho n.º 20473/2002, DR 2ª Série n.º 217, de 19 de setembro
Despacho n.º 9443/2010, DR 2ª Série n.º 108, de 4 de junho
Despacho n.º 11731/2006, DR 2ª Série n.º 105, de 31 de maio
Despacho n.º 19154/2002, DR 2ª Série n.º 198, de 28 de agosto
Despacho n.º 19155/2002, DR 2ª Série n.º 198, de 28 de agosto
Despacho n.º 19156/2002, DR 2ª Série n.º 198, de 28 de agosto
Despacho n.º 19157/2002, DR 2ª Série n.º 198, de 28 de agosto
Despacho n.º 19158/2002, DR 2ª Série n.º 198, de 28 de agosto
Despacho n.º 14700/1999, DR 2ª Série n.º 178, de 2 de agosto
Despacho n.º 4075/1997, DR 2ª Série n.º 162, de 16 de julho

Além do grande valor de mercado, quer pela produtividade, quer pela mão-de-obra altamente especializada, estes direitos, são parte daquilo que um putativo comprador poderá receber a custo zero.

Com os melhores cumprimentos

A Estrutura Sindical da TAP SGPS
SITAVA – SNPVC – SINTAC

geral@sitava.pt

mail@snpvac.net

geral@sintac.pt